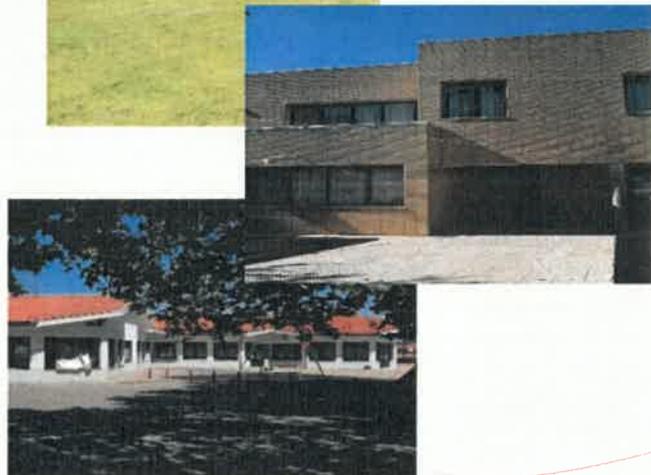


SANTA CASA DA MISERICÓRDIA



Relatório de Atividades e Contas do Ano – 2024



Rua Emídio Navarro, s/n, Apartado 14, 5300-901 Bragança

☎ +351 273322143 ✉ geral@scm-braganca.pt

🌐 <https://scm-braganca.pt/>

[Perfil da Santa Casa](#)

📷 [@misericordiabraganca](#)

ÍNDICE

1 – Órgãos Sociais da Irmandade (Quadriénio: 2024 a 2027)	4
2 – Caraterização da Instituição.....	5
3 – Intervenção Social	6
4 - Atividades Realizadas.....	8
5 – Modelo Organizacional e de Gestão	22
6 – Enquadramento da Evolução da Atividade	23
7 – Resultados	25
8 - Outras Informações.....	25
9 - Considerações Finais	26
10 - Demonstrações Financeiras	27

1 – Órgãos Sociais da Irmandade (Quadriénio: 2024 a 2027)

Mesa da Assembleia Geral

- **Presidente:** José Alberto Moutinho Moreno
- **Vice-Presidente:** Pedro Miguel Rodrigues de Oliveira
- **Secretária:** Paula Eduarda Lopes Martins

Conselho Fiscal

- **Presidente:** Gilberto José Araújo Batista
- **Vice-Presidente:** Manuel Pereira Sousa
- **Secretária:** Luísa Margarida Alves Rodrigues
- **Suplentes:** José Carlos Taveira

João de Deus Rodrigues

Dinis dos Santos Major Ramos

Mesa Administrativa

- **Provedor:** José Duarte Fernandes
- **Vice-Provedor:** António José Gonçalves Rodrigues
- **Secretária:** Adriana da Conceição Vilarés Angélico
- **Tesoureiro:** José Joaquim Roque Teixeira Abrunhosa
- **Vogal:** Ana Sofia Leonardo Ventura Alves
- **Vogal:** António Miguel de Barros Monteiro
- **Vogal:** Nélio dos Santos Patrício Sousa
- **Suplentes:** João Augusto Cides Pinheiro

António José Cepeda

Pe. José Carlos Ambrósio Assunção Martins

2 – Caracterização da Instituição

A Santa casa de Misericórdia de Bragança, Instituição Particular de Solidariedade Social, foi fundada por compromisso régio em 6 de julho de 1518.

É uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, sendo também reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com o estatuto de Instituição particular de solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Missão

Trabalhar para a qualidade de vida da região de Bragança através do desenvolvimento de atividades de intervenção social ou outras de resposta a necessidades da comunidade.

Visão

Ser Instituição de referência no apoio e resposta às necessidades e expetativas da comunidade, orientada pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, nomeadamente no apoio social, pedagógico e na promoção da saúde.

Valores

Centralidade e dignidade da pessoa, solidariedade, transparência, inovação.

Neste âmbito e a fim de dar cumprimento ao Compromisso e Missão, Visão e Valores, a Instituição desenvolve atividades de intervenção social ou outras de resposta a necessidades da comunidade.

3 – Intervenção Social

A Santa Casa de Misericórdia de Bragança tem a sua atividade principal baseada na lei de bases da economia social, na qualidade de instituição Particular de Solidariedade Social, desenvolvendo a sua ação nas seguintes áreas:

Terceira Idade/População Sénior

Apoio às pessoas idosas, através do funcionamento das respostas sociais de Estrutura Residencial Para Idosos:

- **Lar Imaculada Conceição** – Acordo de Cooperação para 71 utentes;
- **Lar Santa Isabel** – Acordo de Cooperação para 61 utentes;
- **Lar Santa Teresa** – Acordo de Cooperação para 50 utentes;
- **Serviço de Apoio Domiciliário** - Acordo de Cooperação para 89 utentes;
- **Centro de Dia** - Acordo de Cooperação para 11 utentes.

Infância e Juventude

Apoio a Crianças através das respostas sociais Creche e Pré-Escolar, dos equipamentos:

- **Centro Infantil Cinderela** – Acordo de Cooperação para 80 utentes e capacidade para 182 utentes;
 - **Centro Infantil da Côxa** - Acordo de Cooperação para utentes 72 e capacidade para 118 utentes;
 - **Centro Infantil São João de Deus** - Acordo de Cooperação para 67 utentes e capacidade para 141 utentes.
- O apoio a crianças através da resposta social AMAS (Creche Familiar), foi cessado em julho de 2024. Uma das razões que levou ao encerramento da resposta social foi o facto da obrigatoriedade de converter os contratos de prestações de serviços das Amas em contratos de trabalho, o que se tornaria insustentável para a Instituição. Todas as crianças (que os pais/encarregados de educação assim o entenderam) tiveram acolhimento nos nossos equipamentos da área da infância.

Deficiência

Apoio na área da deficiência do equipamento Centro de Educação Especial;

através das respostas sociais:

- **Lar Residencial** - Acordo de Cooperação para 64 utentes;
- **Centro de Atividades e Capacitação Para a Inclusão** - Acordo de Cooperação para 75 utentes.

Saúde

Apoio na saúde e apoio social no equipamento da Unidade de Cuidados Continuados e Integrados:

- **Tipologia de Unidade Média Duração e Reabilitação** – Acordo para 34 camas;
- **Tipologia de Unidade Longa Duração e Manutenção** – Acordo para 33 camas.

Outros Grupos Desfavorecidos

Programa Operacional de Ajuda a Pessoas Mais Carenciadas:

- **Cantina Social**: 28 refeições/dia
- **POAPMC**: 140 beneficiários

4 - Atividades Realizadas

Ao longo do ano de 2024, a Santa Casa de Misericórdia de Bragança, promoveu e participou em diversos eventos e atividades que envolveram as suas valências, colaboradores, utentes e a comunidade em geral.

Segue um resumo dos principais eventos organizados por mês:

Janeiro

- **Minifestival dos Reis:** Participação das crianças da Sala dos 4/5 anos dos três Centros Infantis.



- **Cantar as Janeiras:** As crianças percorreram as várias valências da instituição para cantar as Janeiras.



Fevereiro

- **Apresentação pública do projeto LLND – Erasmus+: Divulgação do projeto educativo.**



- **Visita Pastoral do Bispo da Diocese de Bragança-Miranda: Sua Excelência Reverendíssima, D. Nuno Almeida, Bispo de Bragança – Miranda visitou as valências da Santa Casa de Misericórdia de Bragança.**





- **Aprovação da candidatura ao programa de incentivos da Fundação Caixa Agrícola – Projeto ABC – Digi.**



Março

- **Projeto Dumus Vitae do Serviço de Apoio Domiciliário em reportagem na RTP: Divulgação do projeto na televisão pública.**



- **Semana Santa: Celebrações e atividades relacionadas com a Páscoa.**





Abril

- **Marcha pela Prevenção dos Maus Tratos Infantis: Participação ativa na sensibilização para esta causa.**



- **50 anos do 25 de Abril: Representação dos utentes do Centro de Educação Especial (CEE) no Castelo de Bragança.**



Maio

- **Feira do Emprego e Solidariedade: Evento com foco na empregabilidade e solidariedade.**



- **Dia de Nossa Senhora da Misericórdia e Dia do Irmão da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Bragança: Celebrações religiosas e comunitárias.**



Junho

- **Festas de Final de Ano nos Centros Infantis:** Encerramento do ano letivo com atividades festivas.



- **Participação dos utentes do Centro de Educação Especial no Campeonato Distrital de Jogos Tradicionais:** Promoção do desporto e inclusão.



Julho

- **Aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Bragança: Celebração do aniversário da instituição.**



- **Encontro de Gerações:** Atividade intergeracional que promoveu a partilha de experiências.



Agosto

- **ATL de Verão:** Atividades de Tempos Livres para crianças durante as férias de verão.



- **SunSet:** Evento de lazer e convívio para os utentes da Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI).



Setembro

- **Aniversário/Congresso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados:** Celebração do aniversário da UCCI com atividades especiais.



- **Participação na Festa da Solidariedade:** Envolvimento da Santa Casa da Misericórdia de Bragança em eventos comunitários.



Outubro

- **Outubro Rosa:** Campanha de sensibilização para a prevenção do cancro da mama.



- **Dia Internacional do Idoso: Celebração dedicada aos utentes seniores da instituição.**



Novembro

- **Apanha da Castanha e Magusto: Tradicional atividade outonal com os utentes.**



Dezembro

- **Jantar dos Colaboradores: Evento de confraternização para os colaboradores da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.**



- **Festas e Ceia de Natal dos Utentes: Celebrações natalícias com os utentes de todas as valências.**



5 – Modelo Organizacional e de Gestão

O modelo organizacional e de gestão da Santa Casa de Misericórdia de Bragança, assenta, fundamentalmente, na sua Missão, descrita nos seus estatutos, e em mobilizar e articular eficazmente todos os recursos da instituição na prossecução do cumprimento da sua Missão pois como em qualquer organização a responsabilidade terá sempre de ser assumida para o bem e para o mal por quem manda e aqui esse papel cabe aos membros da Mesa Administrativa.

Do cumprimento da Missão resulta toda a estratégia de desenvolvimento e implementação das políticas, medidas e objetivos a atingir, através da elaboração de planos estratégicos plurianuais e planos de atividades anuais, com as ações devidamente identificadas e quantificadas na demonstração de resultados anuais.

Todas as ações foram periodicamente avaliadas e sempre que necessário, em reuniões entre a Mesa Administrativa e as Chefias Intermédias de cada setor.

As Direções encontram - se mais próximas dos intervenientes / agentes da concretização estratégica definida, são peças chave em todo o processo de gestão da instituição. Estando perto destes agentes, estão perto dos desafios / constrangimentos.

Durante o ano de 2024, a gestão da instituição foi realizada através de 4 momentos:

- 1 – Planear;
- 2 – Implementar;
- 3 – Avaliar / Monitorizar;
- 4 - Corrigir.

Em todos estes momentos, as chefias são chamadas a colaborar e participar, para em conjunto com a Mesa Administrativa, delinear estratégias e implementar ações corretivas de melhoria contínua, que conduz ao posicionamento da instituição na região e à imagem positiva da prestação de serviços em todas as áreas, que fazem parte da Santa Casa de Misericórdia de Bragança, uma referência a nível regional de Bem-Fazer.

6 – Enquadramento da Evolução da Atividade

Este relatório detalha as ações e desafios enfrentados pela instituição no 2024, um ano marcado por crises globais. Destacam-se os seguintes pontos:

Contexto e Desafios:

- **Crises Globais:** A guerra na Ucrânia, a inflação e o aumento das taxas de juro impactam severamente o setor social.
- **Envelhecimento da População:** O aumento da esperança média de vida e o envelhecimento da população criam novos desafios, especialmente na área da saúde mental e dependências.
- **Sustentabilidade:** A sustentabilidade da instituição é vista como fundamental para cumprir sua missão.

Ações e implementações:

- ◆ **Formação Contínua:** Foram realizadas ações de formação para os colaboradores em áreas como cálculo de participações, RVCC (Técnico Auxiliar de Saúde), Higiene e Segurança no trabalho, recursos humanos e saúde.
- ◆ **Avaliação de Desempenho:** Implementação do processo de avaliação de desempenho para todos os setores.
- ◆ **Reestruturação de Procedimentos:** Os procedimentos de aquisição, armazenamento e distribuição de produtos e materiais de consumo foram reestruturados.
- ◆ **Melhoria das Infraestruturas:** Estão em curso obras de conservação e requalificação e alargamento do Centro Infantil Cinderela, no âmbito do PRR.
- ◆ **Apoio ao Equilíbrio Financeiro:** A instituição celebrou um contrato de factoring com uma entidade bancária de forma de apoiar o equilíbrio financeiro.
- ◆ **Análise SWOT:** Uma análise SWOT foi realizada para identificar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades da organização.

Análise SWOT detalhada:

Pontos Fortes: <ul style="list-style-type: none">– Experiência acumulada.– Formação contínua dos recursos humanos.– Colaboradores competentes e polivalentes.– Recursos humanos especializados.– Equipamentos bem localizados.– Serviços abrangendo o concelho de Bragança.	Pontos Fracos: <ul style="list-style-type: none">– Média de idade elevada dos recursos humanos.– Necessidade de requalificação de equipamentos.– Grande dependência do financiamento Estatal.
Ameaças: <ul style="list-style-type: none">– Inflação e taxas de juro.– Efeitos da guerra na Ucrânia– Diminuição da taxa de natalidade.– Concorrência de outras entidades.– Dificuldades financeiras das famílias.– Medidas governamentais desfavoráveis.	Oportunidades: <ul style="list-style-type: none">– Diversificação de serviços;– Recursos humanos mais especializados;– Estabelecimento de parcerias;– Utilização de novas tecnologias de informação.– Envelhecimento da população e desertificação.

7 – Resultados

Consideraram-se no ano 2024 as seguintes premissas orientadoras e emanadas da vontade da Mesa Administrativa:

— **Ao nível dos recursos Humanos:**

Não proceder a mais contratações, a não ser em casos imprescindíveis ou por imposição da tutela e, sempre que possível, com recurso aos colaboradores internos;

Não substituição dos colaboradores que se aposentaram no ano de 2024 (e seguintes), exceto em casos devidamente fundamentados e de vital importância para o normal funcionamento da instituição, e sempre que possível com recurso a colaboradores internos;

- N.º Funcionários (média 2024) – 342

- N.º Funcionários (média 2023) – 371

— **Fornecedores**

Continuação da renegociação de contratos de aquisição de bens e serviços, nomeadamente, géneros alimentares, eletricidade e combustíveis (gás natural).

— **Acordos de Cooperação**

Manifestação do escasso apoio atribuído face à realidade dos custos.

8 - Outras Informações

Desde a data de encerramento de contas, em 31-12-2024, e até à data da assinatura deste relatório, não são conhecidos da Mesa Administrativa outros acontecimentos ou factos relevantes que possam ter impacto sobre a leitura e apreciação das contas apresentadas e/ou que devessem ser relatados.

As Demonstrações Financeiras e o presente Relatório foram aprovados pela Mesa administrativa em 10 de março de 2025, para apreciação em Assembleia Geral a realizar em 27 de março de 2025.

9 - Considerações Finais

Neste Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2024 pretendeu-se demonstrar de uma maneira clara que a preocupação da Mesa Administrativa com a sustentabilidade da Santa Casa continua a ser a máxima constante.

Face à conjuntura económica e social a nível nacional, todas as atividades planeadas e executadas, consideram a otimização dos recursos existentes, a manutenção da qualidade dos serviços prestados, assim como, também ter presente a melhoria contínua.

Assim ao longo do ano de 2024, apesar das dificuldades ainda sentidas e por força das adversidades, face a todas as exigências no âmbito das suas respostas sociais, foi possível dar continuidade correspondente às necessidades e expectativas dos nossos utentes e colaboradores, seguindo e trabalhando de forma a garantir a satisfação pessoal e comunitária.

Santa Casa de Misericórdia de Bragança, 10 de março de 2025.

A Mesa Administrativa





DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

Montantes expressos em Euros

RUBRICA	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2024	31-12-2023
Vendas e serviços prestados	14	2 392 908.45	2 213 344.70
Subsídios, doações e legados à exploração	15	6 498 008.14	6 347 184.08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-908 577.94	-956 604.91
Fornecimentos e serviços externos	16	-992 344.84	-1 044 032.67
Gastos com o pessoal	17	-6 872 415.14	-6 720 696.09
Imparidades(perdas e reversões)	7	-189 687.42	-614 846.18
Outros rendimentos	18	130 734.20	328 253.95
Outros gastos	19	-28 621.27	-16 207.40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30 004.18	-463 604.52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-439 012.63	-429 148.98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-409 008.45	-892 753.50
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados	20	-254 529.91	-179 004.50
Resultado antes de impostos		-663 538.36	-1 071 758.00
Imposto sobre o Rendimento do Período		0.00	0.00
Resultado Líquido do Período		-663 538.36	-1 071 758.00

Bragança, 07 de Março de 2025

Contabilista Certificado,

Mesa Administrativa,

Atuando

José Maria Teixeira
José Joaquim Paiva Teixeira Pinheiro
SDEIANA DA CONCEIÇÃO VILAS BOAS
António Miguel de Barros Monteiro
Área Sofia Sequeira de Azevedo
António José Carlos Rodrigues



BALANÇO

Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	10 176 996.40	10 387 547.41
Activos Intangíveis	5	999 999.98	1 115 384.60
Outros créditos e ativos não Correntes	5	34 635.15	69 031.11
		11 211 631.53	11 571 963.12
Activo corrente			
Inventários	6	78 569.17	77 623.89
Créditos a Receber			
Clientes/Utentes/Arrendatários	7	500 505.20	513 707.07
Adiantamento a Fornecedores	7	3 029.51	4 035.30
Estado e outros entes públicos	13	18 416.65	11 127.03
Irmãos	7	7 712.00	8 363.00
Outras contas a receber	7	841 432.64	900 494.84
Diferimentos	8	22 213.11	21 366.61
Caixa e Depósitos Bancários	7	104 773.11	189 136.85
		1 576 651.39	1 725 854.59
TOTAL DO ACTIVO		12 788 282.92	13 297 817.71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1 569 642.64	1 569 642.64
Resultados transitados		-6 531 266.87	-5 707 598.05
Excedentes de Revalorização		7 227 074.16	7 507 573.89
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	2 743 077.35	2 860 544.99
		5 008 527.28	6 230 163.47
Resultado líquido do período		-663 538.36	-1 071 758.00
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	9	4 344 988.92	5 158 405.47
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	11	2 627 729.10	2 898 548.98
		2 627 729.10	2 898 548.98
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1 971 452.64	1 681 721.98
Estado e outros entes públicos	13	774 388.60	740 324.03
Financiamentos Obtidos	11	798 163.09	629 521.82
Diferimentos	12	145 446.78	227 670.92
Outros Passivos Correntes	11	2 126 113.79	1 961 624.51
		5 815 564.90	5 240 863.26
TOTAL DO PASSIVO		8 443 294.00	8 139 412.24
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		12 788 282.92	13 297 817.71

Bragança, 07 de Março de 2025

Contabilista Certificado,

Membro nº 89124

Assinatura



Santa Casa da Misericórdia de Bragança
Demonstração dos Fluxos de Caixa Periódica
Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

[Handwritten signatures and initials]

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		2 891 154.36	2 161 926.17
Recebimentos de Subsídios		5 727 492.79	5 605 912.88
Pagamentos de subsídios		0.00	0.00
Pagamentos de apoios		0.00	0.00
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores		1 787 611.10	1 868 303.96
Pagamentos ao pessoal		6 732 338.90	6 102 571.94
Caixa gerada pelas operações		98 697.15	-203 036.85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		109 881.83	735 567.08
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		208 578.98	532 530.23
Fluxos de caixa das actividades de investimento.			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		15 531.42	161 612.79
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	0.00
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		53 204.57	109 386.74
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		37 673.15	-52 226.05
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		194 647.58	0.00
Realização de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamentos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		296 856.19	244 791.73
Juros e gastos similares		228 407.26	187 952.19
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-330 615.87	-432 743.92
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-84 363.74	47 560.26
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		189 136.85	141 576.59
Caixa e seus equivalentes no fim do período		104 773.11	189 136.85

Bragança, 07 de Março de 2025

Mesa Administrativa,

Contabilista Certificado,
Membro nº 89124

A. Fernandes



[Handwritten signatures and initials]
Atunando.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança, pessoa coletiva nº 500 843 929, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Tem a sede na Rua Emídio Navarro em Bragança.

As Respostas que a Santa Casa dispõe atualmente são as seguintes:

- Creche Familiar / Serviço de Amas (Acordo de Cooperação cessado em julho de 2024);
- Creche (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Pré-escolar (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- AtI Cinderela, (só se encontra aberta nas pausas letivas);
- Centro de Dia;
- ERPI (Estrutura Residencial para pessoas Idosas): Santa Teresa D'Avila/ Imaculada Conceição/ Santa Isabel;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cantina Social;
- Centro de Educação Especial (CAO e Lar Residencial);
- Unidade de Cuidados Continuados (Longa Duração Manutenção e Reabilitação/ Média Duração e Reabilitação e Privados);
- Museu Etnográfico Dr. Belmiro Afonso;
- Bairro de Habitação Social Santa Isabel;
- POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

3.2 - Ativos fixos tangíveis

3.2.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Todas as classes de “Ativos Fixos Tangíveis” à exceção dos edifícios e Outras Construções, encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A classe dos Edifícios e Outras Construções foi sujeita a uma avaliação imobiliária, efetuada de acordo com a NCRF 7 por um avaliador devidamente qualificado e inscrito na CMVM (Engenheira Joana Andrade, datada a 30 de dezembro de 2022). O método utilizado na avaliação foi o do justo valor, partindo do custo de reconstrução e deduzindo o estado de depreciação/desgaste em que os bens se encontravam. Nesta reavaliação, chegou-se a um período de vida útil diferente daquele que estava a ser considerado para efeitos de depreciação, tendo, desta forma, sido efetuado um ajustamento afetando a quantia escriturada.

Em consequência deste trabalho de avaliação dos bens, foram apuradas novas vidas úteis, tendo sido definidas depreciações em função do período remanescente, tendo por base uma vida útil de 50 anos para os edifícios, ou seja, a este último foi deduzido o estado de depreciação apurada pela avaliação. (ver nota 5)

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciáveis é nulo.

Para o ano de 2021 a Mesa Administrativa entendeu ajustar as taxas de Depreciação, indo ao encontro da realidade da Instituição. Assim, foi considerado, que todos os bens teriam uma vida útil superior à que estava a ser considerada, tendo as mesmas sido deduzidas em 50% quando comparadas com o ano de 2020.

Este critério manteve – se no ano 2024.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

<u>Classe de Bens</u>	<u>Ano 2024</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Edifícios e Outras Construções para a Saúde	20
Equipamento básico	7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros ativos fixos tangíveis	7

As vidas úteis e método de depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da

quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis são amortizados tendo por base o método da linha reta, em função da vida útil estimada, desde que tenha vida útil finita.

3.5 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

3.6 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo.

d) Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são registados ao custo.

3.7 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.9 Principais pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – ESNL. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Atenuando.



3.10 Principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2025 relativos a 2024 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.11 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÕES DE ERROS

No exercício findo em 31-12-2024 não se verificaram as seguintes situações:

- I. Aplicação inicial da NCRF;
- II. Alteração voluntária em políticas contabilísticas;
- III. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espere que tenham efeito em períodos futuros;
- III. Erros materiais de períodos anteriores.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2024								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	104 127,60	16 357 612,88	2 031 103,49	335 703,83	626 322,10	36 346,34	6 874,00	19 498 090,24
Aquisições	0,00	67 306,34	29 894,78	0,00	15 408,48	0,00	467,40	113 077,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	104 127,60	16 424 919,22	2 060 998,27	335 703,83	641 730,58	36 346,34	7 341,40	19 611 167,24
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	2 371,97	6 083 294,14	2 026 225,51	318 920,73	647 853,95	31 876,53	0,00	9 110 542,83
Amortizações do exercício	0,00	287 281,44	25457,87	4910,18	5978,72	0,00	0,00	323 628,01
Perdas por imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	2 371,97	6 370 575,58	2 051 683,18	323 830,91	653 832,67	31 876,53	0,00	9 434 170,84
Ativos líquidos	101 755,63	10 054 343,64	9 315,09	11 872,92	-12 102,09	4 469,81	7 341,40	10 176 996,40

As depreciações destes ativos foram calculadas segundo o método das quotas constantes, para os bens adquiridos a partir do exercício de 2013, de acordo com a NCRF – ESNL, que para o efeito coincidem com as taxas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O saldo dos Ativos Fixos Tangíveis em curso diz respeito à candidatura PRR-000033 – Requalificação do Cinderela.

Existência de quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que foram dados como garantia de passivos.

A normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo prevê o reconhecimento de ativo intangível associado a contratos de comodato em vigor. A 31-12-2024, estavam vigentes dois contratos de Comodato, conforme detalhe abaixo.

Local	Entidade Cedente	Data do Contrato	Duração
Centro Infantil Coxa Rua Padre António Vieira	Instituto da Segurança Social	14-01-1993	3 Anos Renováveis
Centro de Educação Especial Rua Vale D'Álvaro	Instituto da Segurança Social	01-09-2013	20 Anos Renováveis

Contrato Comodato CEE

	2024	2023
Ativos		
Saldo inicial	1 500 000,00	1 500 000,00
Aquisições	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00
Saldo final	1 500 000,00	1 500 000,00
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	384 615,40	269 230,78
Amortizações do exercício	115 384,62	115 384,62
Perdas por imparidade do exercício	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Regularização	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00
Saldo final	500 000,02	384 615,40
Ativos líquidos	999 999,98	1 115 384,60

O saldo dos Ativos Intangíveis a 31-12-2024 de 999 999,98€ é referente ao contrato de comodato do Equipamento Centro de Educação Especial, nomeadamente das respostas sociais Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

O saldo inicial dos ativos intangíveis, conforme referido na ata nº 20 de 01/09/2020 da Mesa Administrativa, foi determinado tendo por base a atualização dos cash-flows gerados entre 01/09/2020 e 31/08/2023, atualizados à taxa de 4%.

Quanto à amortização, segue o método da linha reta a quotas constantes, por se entender ser aquele que melhor se adequa ao ativo em causa e melhor reflete os benefícios económicos consumidos pela Entidade.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2024			2023		
	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MP, Subsidiárias e de Consumo	78 569,17	0,00	78 569,17	77 623,89	0,00	77 623,89
Saldo final	78 569,17	0,00	78 569,17	77 623,89	0,00	77 623,89

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	2024				2023			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	0,00	77 623,89	0,00	77 623,89	0,00	97 019,63	0,00	97 019,63
Compras	0,00	901 492,45	0,00	901 492,45	0,00	937 209,17	0,00	937 209,17
Regularizações	0,00	8 030,77	0,00	8 030,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	78 569,17	0,00	78 569,17	0,00	77 623,89	0,00	77 623,89
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	0,00	908 577,94	0,00	908 577,94	0,00	956 604,91	0,00	956 604,91

Não se mostrou necessário o reconhecimento de qualquer perda por imparidade relativo a este ativo.

7 ACTIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2024			2023		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	2 878,13	0,00	2 878,13	4 110,48	0,00	4 110,48
Depósitos à Ordem	101 894,98	0,00	101 894,98	185 026,37	0,00	185 026,37
Outros Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	104 773,11	0,00	104 773,11	189 136,85	0,00	189 136,85
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Cientes, Utentes e Arrendatários	1 378 418,35	877 913,15	500 505,20	1 208 194,66	694 487,59	513 707,07
Adiantamento a Fornecedores	40 658,05	37 628,54	3 029,51	41 663,84	37 628,54	4 035,30
Irmãos	24 208,84	16 496,84	7 712,00	21 098,84	12 735,84	8 363,00
Outras Contas a Receber	841 432,64	0,00	841 432,64	900 494,84	0,00	900 494,84
	2 284 717,88	932 038,53	1 352 679,35	2 171 452,18	744 851,97	1 426 600,21
	2 389 490,99	932 038,53	1 457 452,46	2 360 589,03	744 851,97	1 615 737,06

Informou a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, antes da data de encerramento do Balanço e da Demonstração de Resultados, para se proceder ao registo de imparidades de dívidas a receber, considerando para o efeito a sua antiguidade.

Foi considerado o valor total de 194 200,75€, com base nos anos de 2020 a 2021, respeitante ao saldo de utentes de ERPI's, Infância e CEE, no valor de 118 327,41€, ao saldo de Utentes e Clientes Gerais da UCC no valor de 67 302,36€, Arrendatários no valor de 4 764,98€, Irmãos no valor de 3 806,00€.

O saldo a receber de utentes, no valor de 236 664,15€ respeita a mensalidades e extras processados até 31.12.2024, decorrente de prestações de serviços efetuadas pela Instituição. Para além deste montante, o valor do ativo apresentado engloba saldos a receber de clientes (valor de 6 529,37 €) e arrendatários (valor de 14 302,20€), pela prestação de serviços na Unidade de Cuidados Continuados e pelo arrendamento de imóveis da Instituição, respetivamente.

O saldo a receber de Clientes em Factoring da UCC é de 243 309,48€, diz respeito à ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde.

[Handwritten signatures and initials]

A Rubrica de “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Devedores por Ac. Rendimentos	439 418,45	402 216,49
Outros Devedores	400 956,69	497 220,85
Pessoal	1 057,50	1 057,50
	<u>841 432,64</u>	<u>900 494,84</u>

A rubrica “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” é composta essencialmente por rendimentos UCCI no valor de 196 730,02€, Programa de Expansão do Pré-Escolar no valor de 186 526,98€ e pela prestação de serviços na Cantina Social com um valor de 2 651,25€. Também engloba os Acertos dos Acordos de Cooperação no valor de 53 510,20€, que só foram recebidos em janeiro de 2025.

A rubrica “Outros Devedores” apresenta os montantes que nos faltam receber dos projetos, POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas), do Programa Pessoas 2023, IEFP relativo a bolsas de estágios, CEI e MAREES, bem como montantes relativos a financiamentos do Portugal 2020 da candidatura ao PRR Restruturação do Centro Infantil Cinderela.

8 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 2024 e em 2023 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Gastos a Reconhecer	22 213,11	21 366,61
	<u>22 213,11</u>	<u>21 366,61</u>

A rubrica de “Gastos a Reconhecer” em 2024 é composta, essencialmente, por diferimentos de prémios de seguros e de outros gastos referentes a 2025 ou anos posteriores.

Alterações



9 FUNDOS PATRIMONIAIS

Rúbrica	Saldo em 01/01/2024	Aplicação RLE	Alteração valor subsídios aprovados	Correção	Reavaliação-Amortizações	Reconhecimento de Subsídios	Imputação subsídio ao Investimento	Amortização excedente Revalorização	Saldo em 31/12/2024
Fundo Social	1 569 642,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 569 642,64
Resultados Transitados	-5 707 598,05	-1 071 758,00	0,00	-32 410,55	0,00	0,00	0,00	280 489,73	-6 531 266,87
Ajustamento em Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrato de Comodato CEE	1 115 384,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-115 384,62	999 999,98
Avaliação Imobiliária 30/12/2022	6 392 189,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-165 115,11	6 227 074,18
Subsídios ao Investimento	2 790 184,34	0,00	-38 700,81	0,00	0,00	1 300,00	-79 508,88	0,00	2 673 256,85
Doações Particulares	70 380,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-559,95	0,00	69 820,70
Resultado líquido do exercício	-1 071 758,00								-863 538,38
	5 158 405,47	-1 071 758,00	-38 700,81	-32 410,55	0,00	1 300,00	-80 068,83	0,00	4 344 988,92

Fundos

A Instituição foi criada em 1518 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data, no valor de 1 569 642,64€.

Resultados Transitados

A variação ocorrida em Resultados Transitados, resulta na aplicação do Resultado Líquido negativo do ano anterior, no montante de 1 071 758,00€, de acordo com a Ata da Assembleia Geral e, das correções negativas no valor de 32 410,55€, resultantes do não reconhecimento por esta Mesa Administrativa da prestação de serviços/aquisição de equipamento.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido negativo do ano anterior, no montante de 1 071 758,00€ € foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

Os resultados de exploração das duas valências que integram o equipamento Centro de Educação Especial, com referência ao ano 2019, pressupondo que os resultados dos próximos anos não irão diferir significativamente dos atuais.

Para atualização dos cash-flows foi utilizada a taxa de 4%.

Da conjugação destes elementos, apurou-se um valor a atribuir a este direito no valor de 1 500 000,00€.

Nesta rubrica temos ainda registados 6 392 189,29€ relativos à reavaliação dos ativos fixos tangíveis registados em 2022.

Anualmente, são transferidos desta rubrica para a rubrica de resultados transitados, o montante idêntico à amortização do exercício.

10 SUBSÍDIOS E APOIOS DO ESTADO, AUTARQUIAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Os subsídios recebidos do Estado, Autarquias e Outras Instituições reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 referem-se, a apoios concedidos no âmbito da Construção da Unidade de Cuidados Continuados e Integrados (UCCI), no valor de 2 109 543,03€, na remodelação e adaptação das instalações sanitárias dos ERPI'S Lar Santa Teresa D'Ávila, Lar Imaculada Conceição e Lar Santa Isabel no valor de 136 606,93€, na remodelação e reconversão da cozinha da Santa Casa da Misericórdia de Bragança no valor de 206 844,33€ e do PRR Restruturação do Centro Infantil Cinderela no valor de 127 525,00€.

Subsídio	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Imputações do Exercício	Saldo Final
Subsídios relacionados com ativos:					
UCC - Feder	1 613 501,12	0,00	0,00	-37 038,09	1 576 463,03
UCC – Município de Bragança	252 150,00	0,00	0,00	-5 640,00	246 510,00
UCC – Projecto 06/2007-2014	43 390,00	0,00	0,00	-3 330,00	40 060,00
UCC – Projecto 06/2007-2015	84 050,00	0,00	0,00	-1 880,00	82 170,00
UCC – Projecto 06/2007-2016	84 050,00	0,00	0,00	-1 880,00	82 170,00
UCC – Projecto 06/2007-2017	84 050,00	0,00	0,00	-1 880,00	82 170,00
Subsídios PIDDAC/valorN/CDSS	64 648,99	0,00	0,00	-6 681,05	57 967,94
CA. Autocarro	1 436,00	0,00	0,00	-1 436,00	0,00
FSS Dp.249/SUB/FSS/MSESS/2015	18 689,33	0,00	0,00	-2 669,91	16 019,42
Norte-07-FEDER-000568	138 571,58	0,00	1 672,06	-3 636,71	136 606,93
Norte-07-FEDER-000413	256 227,32	0,00	-40 372,87	-9 010,12	206 844,33
PRR-RE-C03-I01-000135	21 875,00	0,00	0,00	-3 125,00	18 750,00
Lojas ME23/24 Porto	22 615,65	0,00	0,00	-259,95	22 355,70
Terreno Lojas ME23/24 Porto	8 665,00	0,00	0,00	0,00	8 665,00
Dação Artigo4402-P	29 100,00	0,00	0,00	-300,00	28 800,00
Terreno Dação Artigo4402-P	10 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00
PRR - RE Centro Infantil Cinderela	127 525,00	0,00	0,00	0,00	127 525,00
Fundação caixa Agricola - Tablets	0,00	1 300,00	0,00	-1 300,00	0,00
	2 860 544,99	1 300,00	-38 700,81	-80 066,83	2 743 077,35

No ano 2024 a Mesa Administrativa manteve a mesma política de 2023 relativamente à redução em 50% das taxas de amortizações dos ativos fixos tangíveis a que estes subsídios foram atribuídos e mantiveram essa mesma redução respeitando os princípios elencados na NCRF – ESNL

11 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos correntes" apresentavam a seguinte composição:

	2024	2023
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente (saldos credores)	1 971 452,64	1 681 721,98
Outros passivos financeiros		
Outros Passivos Correntes	2 126 113,79	1 961 624,51
	4 097 566,43	3 643 346,49

A rubrica "Fornecedores", apresenta um aumento considerável quando comparada com o ano anterior, maioritariamente relacionado com a inflação registada no preço dos bens de 1ª necessidade.

Outros Passivos Correntes

Em 2024 e em 2023 a rubrica "Outros Passivos Correntes" apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Credores por Ac. Gastos	1 733 580,61	1 465 816,61
Outros Credores	371 928,95	495 807,90
Pessoal	20 604,23	0,00
	2 126 113,79	1 961 624,51

O montante relativo a "Outros Credores" decompõe-se da seguinte forma:

- Valor Global de 46 368,44€ a transferir para três Instituições, que são elas a S.C.M. de Vinhais, a Cáritas Diocesana de Bragança – Miranda e a Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito do POAPMC;
- Não foram detetados os ordenantes de transferências bancárias no valor de 8 354,06€;
- O valor global de 9 168,94€ relativamente aos recibos verdes que só foram pagos em janeiro de 2025;
- O valor da rubrica "Pessoal" no valor de 19 173,59€, dizem respeito a devoluções de compensações por rescisão de contrato com 2 trabalhadores e o valor de 1 430,64€ diz respeito a diferenças salariais.

- A Instituição foi notificada pela segurança Social em Abril de 2022 dos valores em débito, relativamente ao período de 2018 a junho de 2022, estes gastos dizem respeito ao centro de educação Especial, mais concretamente, aos gastos com pessoal afeto a este centro de custos, mas pertencendo aos quadros da segurança Social (257 428,84€).

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2024	2023
Remunerações a liquidar	905 721,50	895 158,47
Outros gastos a pagar	827 859,11	570 658,14
	1 733 580,61	1 465 816,61

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2025, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2024.

O montante de “Outros Gastos a Pagar” inclui gastos relativos a 2024 cujos documentos de suporte estão datados com o ano de 2025, bem como os gastos inerentes ao Centro de Educação Especial, mais concretamente, aos gastos com pessoal (8 trabalhadores) afeto a este centro de custos, mas pertencendo aos quadros da Segurança Social (723 599,60€).

Financiamentos Obtidos

	2024	2023
Não Corrente		
Fundo Reestruturação. S.Solidario	0,00	0,00
Empréstimos EuroBic	1 752 585,16	1 871 032,78
C/Caucionada EuroBic nº83352332.40.001	0,00	0,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	362 572,03	405 424,80
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	362 572,03	405 424,80
Santader 95096	149 999,88	216 666,60
	2 627 729,10	2 898 548,98
Corrente		
Fundo Reestruturação. S.Solidario	122 466,63	133 600,00
Empréstimos EuroBic	117 351,62	107 329,82
C/Caucionada EuroBic nº83352332.40.001	200 000,00	222 000,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	48 500,27	49 962,64
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	48 500,27	49 962,64
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Santader 95096	66 666,72	66 666,72
Cartão Crédito	30,00	0,00
Factoring	194 647,58	0,00
	798 163,09	629 521,82
	3 425 892,19	3 528 070,80

Atenuados



No ano de 2024 foi celebrado um Contrato de Factoring com a entidade bancária Montepio Geral, a fim de ultrapassar dificuldades de gestão de tesouraria. Esta operação financeira, consiste na aquisição de créditos de curto prazo (faturas da ACSS), resultantes da prestação de serviços a utentes da Unidade de Cuidados Continuados, permitindo uma liquidez imediata.

12 DIFERIMENTOS PASSIVOS

No final dos exercícios de 2024 e 2023 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2024	2023
Rendimentos a Reconhecer	145 446,78	227 670,92
	145 446,78	227 670,92

O saldo apresentado nesta rubrica tem por base os subsídios a imputar em exercícios futuros (IEFP-60 077,61€).

Esta rubrica contempla também, as candidaturas Fundação Calouste Gulbenkian (6 328,33€), Programa Erasmus (12 965,23€), Prémio BPI (40 810,00€) e Programa Pessoas (25 265,61€), cujos rendimentos serão imputados em anos seguintes, a par das despesas associadas.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2024 e em 2023 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2024		2023	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	32 510,31	0,00	36 734,33
Créditos I.G.F.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00
IVA- Reembolsos pedidos	18 416,65	0,00	11 127,03	0,00
Contribuições para a Segurança Social /CGA	0,00	741 878,29	0,00	701 862,53
Plano Prestacional a Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	0,00		0,00	1 727,17
	18 416,65	774 388,60	11 127,03	740 324,03

A rubrica de Contribuições para a Segurança Social/CGA inclui, para além dos encargos referentes a dezembro de 2024, os planos prestacionais que estão em vigor, a saber:

- Plano n.º 4387/2023, início em setembro de 2023, autorizadas 24 prestações, no valor de 15 477,49€/mês;
 - Plano n.º 5924/2023, início em setembro de 2023, autorizadas 36 prestações, no valor de 8 000,83€/mês;
 - Plano n.º 9313/2024, início em novembro de 2024, autorizadas 24 prestações, no valor de 9 807,24€/mês
- Todas as prestações são acrescidas de juros e custas.

14 RÉDITO

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2024	2023
Prestação de Serviços		
Utentes	2 258 056,79	2 079 736,37
Quotizações e Joias	4 335,00	4 455,00
Outros	130 516,66	129 153,33
	2 392 908,45	2 213 344,70

As Prestações de Serviços na sua maioria referem-se a mensalidades processadas aos utentes, por serviços prestados pela SCMB.

No ano de 2024, houve um impacto no valor das mensalidades das prestações de serviços da Terceira Idade, nomeadamente na ERPI Santa Isabel, que tinha estado em obras desde abril de 2022 até outubro de 2023, no presente ano, voltou à normalidade.

A rubrica "Outros" engloba, as receitas do bar, as rendas, fétretos e serviço de apoio à realização de análises clínicas.

15 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios à Exploração	2024	2023
	Entidades Concedentes	Total	Total
1	Instituto da Segurança Social	4 590 379,36	4 862 479,36
2	POAPMC-01-74F7-FEAC-00095	0,00	19 836,45
3	IEFP	12 268,77	0,00
4	IFAP	5 261,95	2 528,46
5	Projeto Domus Vitae e Programa Erasmus	41 209,40	0,00
6	Doações em Espécie	5 266,68	0,00
7	Donativos Monetários	9 928,86	7 429,60
8	Esmolas	2 470,00	1 828,50
9	Administ.Reg. de Saúde do Norte	1 380 423,34	1 125 891,21
10	Centro. Distr. da Seg. Soc.de Brag.	450 799,78	327 190,50
	Total	6 498 008,14	6 347 184,08

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados de ação social.

Face ao ano anterior, verifica -se uma diminuição na rubrica "Instituto da Segurança Social", devido à atribuição do subsídio para equilíbrio Financeiro (Fundo de Socorro Social, apenas recebido no ano 2023 no valor de 500 000,00€).

De referir que o valor de 1 831 223,12€ (ponto 9 e 10) são referentes à Unidade de Cuidados Continuados.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 tem o seguinte detalhe:

	2024	2023
Trabalhos especializados	73 285,19	48 058,20
Publicidade e propaganda	4 651,23	4 352,25
Honorários	137 900,70	196 136,43
Conservação e reparação	35 392,08	47 240,72
Serviços Bancários	5 412,41	6 250,56
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 906,37	2 811,69
Livros e documentação técnica	148,47	0,00
Material de escritório	167,36	211,88
Artigos para oferta	794,83	2 979,91
Eletricidade	86 435,35	57 162,31
Combustíveis (Gasole/Gasolina)	23 568,76	39 131,45
Combustíveis (Gás)	243 595,59	239 153,17
Água	43 438,33	34 496,34
Deslocações e estadas	11 924,54	12 497,85
Rendas e alugueres	222 082,90	229 277,44
Comunicação	18 293,72	23 638,33
Seguros	23 364,15	19 041,56
Contencioso e notariado	4 499,58	7 927,63
Limpeza, higiene e conforto	0,00	26,20
Outros serviços	4 701,25	2 398,23
Custos Medicação/outros	48 262,82	65 996,56
Outros	1 519,21	5 243,96
	992 344,84	1 044 032,67

O aumento na rúbrica “Eletricidade”, “Combustíveis (Gás)” e “Água”, deve se essencialmente ao facto da ocupação completa da ERPI Santa Isabel.

Atenuados.



17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2024 e em 2023 é detalhada conforme se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Remunerações do pessoal	5 295 909,72	5 080 464,89
Indemnizações	50 374,73	161 987,15
Encargos sobre remunerações	1 168 216,88	1 125 997,00
Seguros de ac. trabalho	50 611,28	44 561,55
Outros Gastos	307 302,53	307 685,50
	<u><u>6 872 415,14</u></u>	<u><u>6 720 696,09</u></u>

Os grandes valores da rubrica "Outros Gastos" incluem o montante de Subsídio de Alimentação pago aos colaboradores em 2024 no valor de 295 038,53€, temos também o registo de Medicina no Trabalho no valor de 4 480,00€.

A variação existente entre o ano 2024 e 2023 nos custos com pessoal, está relacionada com as diuturnidades, o aumento do Salário Mínimo Nacional, e a nova tabela salarial aprovada pela Convenção Coletiva de trabalho da CNIS, pela qual a nossa Instituição se rege.

Na rubrica "Indemnizações" está incluído o montante de 28 708,31€ referente a pagamentos de diferenças salariais das Educadoras e o montante de 21 666,42€ referente a rescisões de contratos.

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2024 e 2023 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2024)	Nº Funcionários (média 2023)
Todas as respostas sociais	350	355

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 2024 e em 2023 é conforme se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Desconto Pronto Pagamento	4 490,90	6 603,59
Ganhos em inventários	5 000,48	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2 998,32	201 263,45
Outros	118 244,50	120 386,91
	<u><u>130 734,20</u></u>	<u><u>328 253,95</u></u>

Face ao ano anterior, verifica -se uma diminuição na rúbrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”, uma vez que no ano 2023 houve a alienação de um imóvel.

O saldo da rubrica “Outros” inclui essencialmente o valor relativo à imputação do subsídio ao investimento (detalhe nota 10) no valor de 80 066,83€ e “Compensações por falta de aviso prévio” no valor de 24 274,65€.

19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 2024 e em 2023 é conforme se segue:

	2024	2023
Impostos	1 007,08	2 284,94
Outros	27 614,19	13 922,46
	28 621,27	16 207,40

O saldo da rubrica “Impostos” é referente a taxa da Entidade Reguladora da Saúde que a instituição tem de ter devido a UCCI.

O saldo da rubrica “Outros” inclui o valor relativo a quotizações da União das Misericórdias Portuguesas. Este valor inclui “Correções relativas a períodos anteriores” no valor de 22 326,19€, essencialmente referentes a correções nos valores a receber relativos ao IEFP.

20 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 2024 e em 2023 é conforme se segue:

	2024	2023
Juros de financiamentos obtidos	202 481,28	156 276,28
Comissões Rel. Financiamentos	360,82	0,00
Juros Mora e Compensatórios	50 913,08	21 845,42
Outros Juros	774,73	882,80
	254 529,91	179 004,50

O saldo desta rubrica, diz respeito, na sua maioria, a juros suportados com empréstimos bancários (202 481,28€).



Escrutinando o saldo das diversas rúbricas, em “Juros de Financiamento Obtidos”, temos os juros dos financiamentos e fundo de Restruturação Setor Social. Em “Juros de mora e compensatórios”, estão associados os valores dos planos prestacionais da Segurança Social e dos planos prestacionais dos fornecedores.

21 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão nesta data.

Existem passivos contingentes associados a processos movidos contra a Instituição no montante aproximado de 39 000 euros, os quais, tendo em conta o preceituado nos normativos contabilísticos e por se tratar de situações que no entender da Mesa Administrativa não acarretarão encargos para a Instituição, mas dependentes de entidades judiciais externas, são apenas objeto de divulgação/relato.

Não existem dívidas em mora ao Estado, nos termos do DL 534/80 de 7/11. Existem acordos de pagamento com a Segurança Social relativamente a dívidas antigas, os quais estão a ser cumpridos.

A Instituição não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das operações, para além das operações normais de financiamento.

As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, entendendo que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

No que toca a questões ambientais, é convicção da Instituição estarem a ser cumpridos os normativos aplicáveis às atividades desenvolvidas, não sendo expectável a existência de eventuais responsabilidades associadas.

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Bragança, 07 de Março de 2025

O Contabilista Certificado

Aide Henri Alo Fernandes

A Mesa Administrativa

João Joaquim Roque Ferreira
Presidente da Comissão de Contas Logístico
Roberto Miguel de Sousa Monteiro
Ana Sofia Bernardo Monteiro
António José Gonçalves da Silva